

HOTEL INTERCONTINENTAL, RIO DE JANEIRO, RJ,

2 DE OUTUBRO DE 1995

*Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, meu companheiro; Senhor Presidente do International Iron and Steel Institute, Curtiss Barnette; Senhor Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Rinaldo Soares; Senhor Secretário-Geral do International Iron and Steel Institute, Lenhard Holshu; Senhores Congressistas; Senhoras e Senhores;*

Alegra-me o fato de que o Brasil tenha sido escolhido para sediar, nesse período de transformações importantes por que passa, a Conferência Anual do Instituto Internacional do Ferro e do Aço. Alegra-me, em especial, que tenham escolhido o Rio de Janeiro, cidade na qual o Governador Marcello Alencar vem realizando, para todo o Estado, uma administração marcante e que é bem o exemplo desse novo espírito do Brasil, um Brasil confiante, um Brasil tranqüilo, um Brasil que quer a prosperidade e que, embora sabedor dos inúmeros problemas, sobretudo sociais, que tem de enfrentar, vai fazê-lo com determinação e tranqüilidade.

Aproveito a oportunidade para agradecer as palavras do Governador do Rio de Janeiro e as palavras do Doutor Campos Soares, generosas na

apresentação que fez do meu currículo e do desenho que apresentou da situação do Brasil.

O Brasil tem uma clara vocação siderúrgica. Ele detém as maiores reservas mundiais de minério de ferro de alto teor e uma indústria de aço bem desenvolvida, que é fonte importante de exportações e de geração de riqueza interna no País. Mais do que isso, talvez, a siderurgia era o símbolo maior da industrialização brasileira, pois foi justamente a implementação das primeiras grandes siderúrgicas no País do pós-guerra que deu impulso decisivo ao dinamismo industrial que se seguiria e que fez do Brasil, dentre os países do Sul, aquele que, hoje, dispõe do parque industrial mais integrado e mais desenvolvido.

De alguma forma, a história da industrialização brasileira, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, está marcada pelo evento que foi anterior a ela: a decisão da construção, sobretudo, da siderúrgica de Volta Redonda, que foi um marco importante na industrialização brasileira e que significou um esforço convergente, inicialmente da iniciativa privada, em seguida do setor público, que obteve empréstimo no Eximbank, que permitiram que nós, ao final dos anos 30, pudéssemos ter sonhado em transformar este país de um país produtor de minérios num país capaz de agregar valor a esses minérios, transformando-os em aço.

Nos anos mais recentes, ao ser inteiramente privatizada a siderúrgica brasileira, e com grande êxito, ela se transformou novamente num símbolo entre nós: o de um Brasil que deixou de acreditar que o Estado é melhor empresário do que a iniciativa privada. Nisso não vai nenhuma alusão a que o Estado seja pior, pois há exemplos marcantes, no caso brasileiro, de que não é assim, de que o Estado pode, também, ser bom empresário. Mas chegamos a um estágio de crescimento da nossa economia em que o impulso dos nossos investimentos, as necessidades de transformação requerem uma convergência maior.

E nós fizemos a privatização do setor siderúrgico com grande êxito, demonstrando, ao passar do controle estatal para o controle privado, com seus empregados participando da privatização, com os fundos de pensão participando da privatização, com a associação entre grandes grupos privados nacionais e alguns estrangeiros, que, na verdade, não

houve perda de substância nesse processo e nem houve perda da capacidade brasileira de definir os seus rumos.

Se a construção das siderúrgicas estatais foi importante, num momento em que havia carência de recursos privados nacionais, e assim foi no início – já me referi ao fato de que a siderúrgica nacional se iniciou como privada e, depois, não pôde se manter nessa condição, não porque não houvesse dentro do Governo um espírito estatizante, mas porque não havia recursos privados suficientes para fazer face à escala de acumulação necessária para investimentos daquele porte –, se isso foi assim nos anos 30, 40, 50, 60, é indiscutível que, na década de 80, foi a falta de recursos públicos que impediu o aporte dos investimentos necessários para continuar a desenvolver a nossa indústria siderúrgica.

É por isso que a privatização das siderúrgicas foi feita no início desta década. Seus críticos iniciais, hoje, silenciam diante dos resultados concretos apresentados. As siderúrgicas brasileiras, em mãos privadas, voltaram a dar lucros, aumentaram os investimentos em tecnologia, recuperaram a sua produtividade e competitividade e demonstraram, em suma, os benefícios da privatização, sobre os quais, hoje, há um amplo consenso no Brasil.

Mas a privatização é apenas um dos elementos do processo de transformações profundas que vive o Brasil. Eu queria falar-lhes brevemente sobre esse processo. O Plano Real, que foi lançado em 1994 para fazer frente à inflação, foi capaz de combinar estabilização com crescimento econômico e já completou 14 meses. Nos primeiros oito meses deste ano de 1995, a taxa acumulada de inflação foi da ordem de 15%. Para muitos dos senhores, há de parecer estranho que o Presidente da República se gabe do fato de que, num período de oito meses, a inflação chegasse a 15%. Pode parecer-lhes elevado. Mas é preciso contrastar com a inflação previsível, no ano passado, de 94, que, sem o Plano Real, atingiria 5.000%.

Certamente, aqueles que não conhecem a inventiva brasileira hão de perguntar como teria sido possível sobreviver com uma inflação nesses patamares. E eu digo com freqüência, quando desejo brincar com o meu Ministro da Fazenda, que, hoje em dia, é muito fácil ser Ministro

da Fazenda. É verdade que ele contribuiu para que fosse fácil, como Presidente do Banco Central. Mas, quando eu era Ministro da Fazenda, a inflação média era de 25% ao mês e se aproximou, no final do período, já quando eu me havia licenciado, de 40% ao mês. Hão de perguntar-me como é possível sobreviver a isso. É porque, por sorte, muitos dos senhores não conhecem uma experiência que nós, brasileiros, conhecemos de perto, que se chama indexação, que transformou um mal terrível, que é a inflação, em um mal suportável para os ricos, mas um mal absolutamente devastador para as camadas populares.

É por isso que, ao dizer que a inflação foi de 15% nos primeiros oito meses, posso dizer também que esse é o menor índice de inflação registrado no Brasil nos últimos 25 anos. Pelos dados que dei, verifica-se que, no primeiro semestre do ano passado, o País estava à beira da hiperinflação, e nós conseguimos dominar esse processo inflacionário. Já são 14 meses de tranquilidade, sendo que o índice dos preços por atacado do mês de setembro deu uma ligeira deflação. A inflação tem variado ao redor de 1% e 2% ao mês, tendendo mais a 1%. E o que é mais significativo para um país como o nosso é que a diminuição nos preços se fez acompanhar da retomada do crescimento.

Em 1994, a economia brasileira cresceu a 5,7%. Em 93, não tenho o dado aqui, mas foi ao redor de 5%, e as estimativas, as últimas para este ano, são de que a economia crescerá também ao redor de 5,6%, 5,7%, isso depois de ter demonstrado, nos primeiros meses do ano, o ímpeto de crescimento que poderia, anualizado, chegar a 10% ou 12%. O Governo tomou a decisão de conter esse processo de crescimento tão impetuoso, porque, sem que tivesse havido a correspondente taxa de investimento, é natural que desse crescimento resultasse o recrudescimento na demanda, o recrudescimento da pressão sobre os preços e, por consequência, eventualmente, uma possível recessão futura. E não nos interessa o crescimento em ziguezague, senão que preferimos manter um patamar constante de crescimento, variando entre 5% e 6%, para que nós possamos progressivamente recuperar as taxas de crescimento.

Na verdade, antecipando a perspectiva nova, esta, trazida pelo Plano Real, de crescimento econômico constante nos próximos anos, amplia-

ram-se os níveis de investimento na economia brasileira. De 13,7% do Produto Interno Bruto em 92 e 14,4% em 93, a taxa de investimento, neste ano, deverá atingir 19% do Produto Interno Bruto.

Diante desses dados, quando vejo algumas pessoas noticiarem que nós estamos fazendo face a uma recessão, dá vontade de rir. Parece que se esquecem de olhar os números para verificar que, ao contrário, a economia brasileira está em plena fase de expansão. Mas com uma diferença fundamental diante de outras fases: é que é uma expansão coordenada, uma expansão consciente, uma expansão que não quer se comprazer, pura e simplesmente, com dados retumbantes num mês, para chegar, no mês seguinte, a situações mais desoladoras. Mas o fato é que nós estamos chegando a 19% do PIB.

Isso não nos deixa contentes. O Brasil já teve um momento da sua história em que investiu 25% do seu Produto Interno Bruto, e há outros países que investem taxas mais elevadas ainda.

Então, o dado que eu dou é apenas comparativo, para mostrar que, em dois, três anos, pudemos dar um salto. Mas não significa, de forma alguma, que o Governo e o povo se contentem com esse patamar de investimento, porque nós todos sabemos que aquilo que vai assegurar a prosperidade, o emprego, o bem-estar das pessoas é uma taxa continuada de investimento do Produto Interno Bruto.

É de notar que o padrão atual de investimento é diferente daquele que foi verificado na década de 70, por exemplo, uma vez que passaram a ter maior peso o investimento privado e a importação de equipamentos, ambos os elementos que apontam na direção de uma boa modernização da economia nacional.

Efetivamente, nas décadas passadas, o motor do investimento foi o setor público, através de impostos e através do próprio crescimento das empresas estatais.

Do momento em que houve dificuldade no setor público, por causa da crise fiscal do Estado – e não entrarei em detalhes – e que a economia privada se encontrava de alguma maneira marginalizada e desconfiando da capacidade de os governos conduzirem o processo econômico global, houve uma queda na taxa de investimento, porque o setor

público deixou de investir e, até pelo contrário, ficou com investimento negativo, ficou endividado. Por outro lado e por razões também que não vem ao caso esmiuçar, não houve o aporte de capitais privados. E a taxa de investimento caiu.

Este é um momento oposto. Neste momento, nós assistimos à retomada do crescimento, baseado na alavanca do investimento privado e no aporte do capital estrangeiro, e o setor público fez um grande esforço de contenção, de modo que ele, pelo menos, não viesse introduzir nesse panorama positivo taxas negativas de endividamento e que houvesse a possibilidade de um certo equilíbrio fiscal, o que não significa que, amanhã, não possamos até mesmo fazer um esforço adicional, para que também o setor público possa contribuir de uma forma mais positiva, sobretudo na infra-estrutura da nossa economia, no sentido de aumentar essa taxa de investimento.

Tudo isso é certo. Mas o meu compromisso fundamental, como Presidente da República, com o povo brasileiro que me elegeu é com a estabilidade dos preços e o crescimento auto-sustentado. Essa é a condição necessária para que o País ingresse num novo ciclo de prosperidade e reduza seus desequilíbrios sociais.

Quantas vezes vejo afirmações levianas de que o Governo está concentrando suas atenções no setor econômico e deixando um pouco à margem o setor social, como se fosse possível olhar para um lado sem olhar para o outro, como se fosse possível a recuperação dos desequilíbrios se nós não tivéssemos, primeiro – ou simultaneamente, o que seria melhor – reorganizado o nosso setor econômico, de tal maneira que a prosperidade estivesse ao alcance efetivo da população, e não o engodo de um assistencialismo sem base, que redundaria, pura e simplesmente, num aumento da inflação.

O povo sabe e sentiu que é fundamental um compromisso com a estabilidade, que é fundamental haver o crescimento econômico sustentado, para que, efetivamente, possa haver uma distribuição de renda efetiva e uma melhoria das condições de vida da população. Talvez o primeiro sinal claro disso tenha sido a própria estabilização, a qual significou, na prática, uma forte redistribuição de renda, talvez a maior

já havida na história do Brasil, porque a paralisação da inflação permitiu que os salários não fossem corroídos no dia-a-dia e permitiu que o povo sentisse, de imediato, os benefícios de uma economia mais estabilizada, aumentando a capacidade de compra do trabalhador brasileiro, do homem mais pobre do País, da mulher mais pobre do País. Isso hoje é alguma coisa que a população sabe e sente. Independentemente de quaisquer números que sejam apresentados ou de quaisquer críticas que possam vir a ser feitas, a população sente diretamente que é isso que acontece.

E é por isso que tenho como compromisso fundamental a manutenção da estabilidade e a definição de um rumo da economia, que seja de crescimento, mas crescimento auto-sustentado, e não de crescimento feito de impulsos que não têm condições de se perpetuarem no horizonte do tempo.

E o Congresso Nacional está afinado com o sentimento da população e está dando a sua cota de contribuição, imprescindível para o sucesso do Plano Real, que é o Plano de Estabilização Econômica. O Congresso aprovou, no primeiro semestre deste ano, um conjunto importante de emendas constitucionais, algumas delas de interesse direto para a siderurgia. É o caso, por exemplo, da eliminação da discriminação entre empresas brasileiras de capital nacional e de capital estrangeiro e das medidas que abriram ao setor privado, nacional e estrangeiro, possibilidades adicionais de investimento em transporte, energia, petróleo, telecomunicações e mineração.

Vê-se, portanto, que houve uma mudança de mentalidade. Um horizonte completamente diferente do horizonte que nos toldava a visão faz uma década. E essas mudanças se fizeram porque o Brasil, tendo avançado com uma sociedade mais capaz de definir seus próprios interesses, entendeu também que, nesta fase de globalização da economia, o País teria que tomar uma série de medidas que desentravassem os mecanismos que permitem o investimento e que permitem a transformação da nossa economia.

E isso foi feito com serenidade. Com apoio do povo. Todas as pesquisas de opinião pública demonstram isso. E com uma forte consciência

do Congresso Nacional. De tal maneira que nós conseguimos fazer, em quatro meses do semestre passado, o que tentamos durante muitos anos e não conseguimos, porque não havia essa convergência de percepções, esse afinamento entre a vontade do povo, a vontade do Congresso e a vontade do Governo.

Não tenho dúvida nenhuma de que seguiremos adiante, neste semestre, no que diz respeito a outras reformas complementares àquelas já realizadas, para que possamos aumentar a competitividade da nossa economia, a despeito de quaisquer previsões que possam colocar obstáculos aqui e ali, reais, é verdade. Tenho confiança em que o Congresso saberá, no momento do voto decisivo, tomar a posição que é coincidente com a posição do povo do País e do Governo do País.

Ora, sendo a competitividade da indústria siderúrgica fortemente associada à disponibilidade de infra-estrutura adequada, à otimização de uma logística de transportes e de portos, não tenho dúvidas de que as medidas aprovadas recentemente no Brasil serão bem-vindas, e são bem-vindas aos participantes deste encontro.

A reestruturação em andamento da indústria siderúrgica no mundo, somada às novas condições do Brasil, converge para um dinamismo maior das atividades de mineração e da indústria siderúrgica nacionais, que estão prontas para dar um novo salto qualitativo em seu desenvolvimento, em associação com investidores externos, hoje aqui representados, em seu mais alto nível, pelos senhores.

É para apresentar essa oportunidade e para convocá-los a participar do desenvolvimento do Brasil que estou aqui, hoje. Estou aqui, hoje, tendo chegado de São Paulo ontem à noite. Daqui a pouco, vou almoçar em Curitiba, na conferência sobre o hábitat. Depois do almoço, vou estar em Santa Catarina, inaugurando uma estrada importante para o entrosamento da economia catarinense à sua zona costeira. E, à noite, volto para Brasília, porque o Brasil é um país vasto em território e requer a presença daqueles que o conduzem de uma maneira mais direta, para que a população sinta que existe uma vontade de modificação.

Mas, apesar do esforço que, naturalmente, isso pode significar – não para mim, que estou habituado, mas para minha comitiva –, é com

grande alegria que vim hoje, aqui, porque eu vim aqui para convocá-los a que participem desse nosso esforço de transformação.

Em abril deste ano, numa palestra para a comunidade empresarial norte-americana reunida em Nova Iorque, eu disse que o Brasil é um porto seguro. Historicamente, esse é o nome de uma baía, que foi batizada pelos primeiros portugueses que aqui chegaram, em 1500. Quando da sua primeira vinda ao Brasil, descobriram esse porto seguro, uma baía bonita e tranqüila. Hoje, entretanto, como em Nova York, em abril, eu uso o nome Porto Seguro com um outro significado: o de que é o momento de investir no Brasil, país que sabe que a iniciativa privada, nacional e estrangeira, tem papel importante a desempenhar em seu desenvolvimento econômico e social.

Sejam, portanto, bem-vindos. Atraquem bem nesse porto seguro, naquilo que ele tem de mais belo, que é o Rio de Janeiro. E não se esqueçam de nós. Continuem firmes, acreditando nas nossas transformações e investindo. E não só aqui, mas fazendo com que as *joint ventures* entre empresas brasileiras e empresas estrangeiras permitam, também, fazer com que o capital brasileiro, a tecnologia brasileira, a nossa disposição de caminhar para a frente sejam sentidos em outras partes do mundo. E, quem sabe, amanhã possamos estar, juntos, investindo noutros países, que também vão precisar desta mesma energia que os senhores têm e desta vontade de construção, que é, hoje, a marca definitiva de um Brasil que sabe que tem todas as condições para prosperar e para trazer melhores condições de vida a seu povo.

Muito obrigado aos senhores.

